

Consciência ecológica como norma: reflexões sobre as fronteiras prescritivas da educação ambiental

Ecological awareness as a norm: reflections on the prescriptive borders of Environmental Education

Ananda Casanova. Phillips-Universität Marburg (Alemanha)

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de um estudo etnográfico que procura caracterizar como se configuram as práticas ambientais em três escolas municipais de Garopaba (Brasil), a fim de identificar elementos da cultura escolar que pretendem contribuir na formação de sensibilidades ambientais. Garopaba é uma cidade turística reconhecida internacionalmente por suas paisagens, para onde muitos turistas migraram nos últimos 30 anos, transformando a comunidade local. O impacto do turismo trouxe à tona a preocupação em torno da preservação ecológica, resultando na entrada sistemática da educação ambiental no cotidiano escolar. As escolas foram observadas durante 2013, com enfoque nos primeiros anos da educação básica. Os resultados indicam uma distinção entre estudantes 'nativos' e 'turistas' na narrativas das educadoras, expressa pela ideia de que o estudante 'de fora' e o 'nativo' possuem diferentes níveis de consciência ecológica. Considerando os vários sentidos atribuídos ao que vem significando 'ser verde' no contexto contemporâneo, este trabalho problematiza uma certa ideia de consciência ecológica e seus aspectos normativos, colocando em questão a ideia de que há uma comunidade que precisa ser ecologizada e que há uma ecológica 'correta' a ser ensinada.

Astract

This paper presents the results of an ethnographic study that seeks to characterize how the environmental practices in three municipal schools in the city of Garopaba (Brazil) are configured, in order to identify elements of school culture that intend to develop environmental sensitivity. Garopaba is a honeypot city, internationally renowned for its landscapes, to where many tourists have migrated over the past 30 years. The impact of tourism has brought the concern for ecological preservation of that environment, resulting in the systematic entry of EE in school life. The project's activities were observed during 2013, focusing on groups of early years at elementary school. The results indicate a distinction between 'native' and 'tourists' students in teacher's narratives and pedagogical works, expressed by the idea that the student who is 'foreign' and the 'native' student have different levels of environmental awareness. Considering the various meanings attributed to "be green" in our contemporary context, this scenario problematizes a certain sense of environmental awareness and its normative aspects, putting into question the idea of a community that needs to be ecologized and that there is a 'right' ecology to be taught.

Palabras chave

Consciência ecológica. Práticas normativas. Educação ambiental escolar.

Key-words

Ecological awareness. Normative practices. School environmental education.

Apresentação¹

Produzir uma consciência que olhe para a ação humana no mundo é um dos principais objetivos da educação ambiental (EA) que nasceu com o movimento ecológico. Para que essa visão ecológica atinja um valor de verdade e seja incorporada no campo social uma série de estratégias são acionadas. Por um lado, isso implica na regulação de condutas e na atuação sobre o comportamento dos sujeitos no sentido de indicar práticas corretas. Por outro, significa o esforço de construir valores a partir de uma ética diferente da que norteia o modelo hegemônico que vem sendo adotado nos últimos séculos, ou seja, questionar a matriz civilizatória ocidental. Sendo fruto de uma construção histórica e social, portanto, a educação ambiental está sujeita aos mais diversos interesses ideológicos, políticos e econômicos que estão em constante disputa na produção de verdades. É imprescindível considerar os diferentes matizes nos quais a EA se apresenta, pois é a partir daí que prática educativa se estrutura.

1 Este artigo contém os resultados da pesquisa de mestrado intitulada "A consciência muito grande" da educação ambiental a experiência escolar no município de Garopaba/Santa Catarina (2013), realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil). Um versão parcial foi apresentada no "II Seminário Sobrenaturezas: Ambientalização e Práticas Escolares: Construindo pontes sustentáveis entre a universidade e a educação básica", realizado em Porto Alegre (Brasil) de 23 a 26 de abril de 2014.

Nesse sentido, este trabalho discute como EA assume determinadas características prescritivas em sua proposta de formar sujeitos ambientalmente educados, tomando como exemplo um estudo etnográfico realizado junto a escolas municipais na cidade de Garopaba (Santa Catarina, Brasil). Ainda que as reflexões aqui apresentadas enfoquem o aspecto específico da normatividade que se faz presente em muitas ações educativas, isso não significa que toda ação se dê nesse âmbito. Essa dimensão prescritiva se situa no que CARVALHO, FARIAS e PEREIRA (2011) chamaram de missão ecocivilizatória, reconhecendo a criação de determinadas normatividades para o projeto social que foi se constituindo em torno da temática ecológica ao longo da metade final do século XX.

No Brasil, uma pesquisa realizada pelo Instituto Ecoar em meados da década de 1990 já indicava a ênfase normativa dos materiais educativos produzidos sobre educação ambiental. Na ocasião, foi identificado que tal enfoque se manifestava através de regras que indicavam o que deveria e o que não deveria ser feito diante da natureza e do uso dos recursos naturais, especialmente em relação a hábitos cotidianos. Ainda que essa normatização não possuísse um caráter moralizante, no sentido de se apresentar como uma doutrinação explícita (MANZOCHI e TRABER, 1996), ficava clara a intenção de regradar comportamentos.

No caso da experiência de educação ambiental em Garopaba, esse fenômeno se manifestava à luz da distinção entre alunos nativos da cidade e alunos oriundo de famílias migrantes, no que diz respeito à consciência ecológica. A partir deste exemplo será discutido como há uma dimensão da prática pedagógica em EA que acaba por reforçar determinados sentidos sobre “ser ecologicamente correto” e as problemáticas geradas em torno dessa dinâmica.

O paraíso ecológico: turismo em Garopaba

O município de Garopaba está localizado no estado de Santa Catarina, no sul do Brasil. Tal como outras cidades litorâneas da região, integra o circuito turístico do Estado, destacando-se internacionalmente pela beleza de suas praias. A prática do surf é uma das principais responsáveis por atrair turistas, que chegam a somar um público de 140 mil pessoas na temporada de verão. A cidade, inclusive, é conhecida como a “Capital Catarinense do Surfe”.

Fundada em 1666 por imigrantes açorianos, Garopaba foi durante muito tempo uma vila de pescadores. A pesca artesanal e a caça de baleias para extração de óleo representavam importantes produtos na economia. Os ranchos de pesca localiza-

dos na beira da praia ainda são utilizados na temporada de pesca da tainha, entre os meses de maio e julho. A partir da década de 1970, com o asfaltamento da BR 101, o turismo passou a integrar um novo ciclo econômico na região e em algumas décadas desencadeou um intenso processo migratório. Investimentos no setor hoteleiro, restaurantes e outras instalações para a recepção de veranistas foram se tornando cada vez maiores e o perfil da ocupação econômica deslocou-se do setor primário - agricultura, pesca, pecuária - para o setor de serviços e indústrias, determinando a requalificação da mão de obra.

O desenvolvimento econômico desencadeado a partir do turismo oportunizou inúmeros investimentos na infraestrutura do município e geração de renda, mas também potencializou o uso inadequado dos bens naturais locais. Nesse contexto, especialmente a partir da década de 1990, se intensificaram as práticas ambientais e o surgimento de movimentos ecológicos, bem como a criação de Unidades de Conservação (UC's) e a implementação de políticas públicas no município e seu entorno. Estudos que tiveram como tema a criação de UC's na região (ADRIANO, 2011; ROSAR, 2007; DAMAZIO, 2011) identificaram que esses processos foram alavancados pela intensa participação de moradores não-nativos, especialmente gaúchos residentes em Garopaba ou no município vizinho, Imbituba. É possível afirmar, dessa maneira, que a postura pró-

-ambiental foi introduzida por pessoas de fora da comunidade, o que não significa que a preocupação fosse ausente entre os nativos. DAMAZIO (2001, p. 31), por exemplo, afirma que *“já existiam nativos que se preocupavam com a questão ambiental, mas esta não era a regra”*.

Sobre esse assunto, os estudos de PRADO (2003), a respeito dos conflitos ambientais, contribuem para refletir acerca da possível presença de um discurso “ecologizador” no contexto de Garopaba. Na pesquisa, a autora aborda os conflitos ocorridos em Ilha Grande (RJ), em função de uma “tentativa civilizatória” (PRADO, 2003) junto aos moradores por parte de ecologistas e a inserção de um turismo ecológico no local. Essa postura, que muitas vezes ocorre no contexto da educação ambiental, assume uma perspectiva de que a temática da ecologia é atrelada a algo naturalmente bom e a uma razão inquestionável, desconsiderando as percepções e dinâmicas próprias dos sujeitos que vivem naquela realidade.

Assim como a Ilha Grande, o município de Garopaba também constitui, no imaginário de muitas pessoas, um “paraíso ecológico”, um local que pode propiciar uma experiência diferenciada com a natureza, aproximando-se de um âmbito espiritual e sacralizado, no sentido conferido por CARVALHO e STEIL (2008). Essas experiências são associadas a sentimentos de paz, tranquilidade, encanto e reconexão com a

natureza, sendo esta uma das justificativas utilizadas por turistas para explicar o porquê decidiram ir morar na cidade. Com o passar dos anos tornou-se comum encontrar no centro e em algumas localidades específicas, anúncios de serviços de terapias alternativas como heiki, acupuntura, yoga, massagem ayurvédica ou florais, além de pequenas lojas de produtos naturais e outros comércios direcionados a uma proposta mais ecológica. Dessa forma, o perfil das pessoas que vêm migrando para lá nas últimas décadas contribuiu para constituir não somente uma cultura ecológica no município, mas também a imagem de uma cidade com “boas energias”.

Essa percepção, no entanto, não é tão naturalizada entre os nativos. O tema do “ecológico” divide opiniões na cidade e o impasse entre turismo e desenvolvimento sustentável gera inúmeras polêmicas. Nas palavras de uma professora, *“do mesmo jeito que eles querem crescer, eles querem preservar”*. Ao mesmo tempo em que o discurso ecológico vem se popularizando, especialmente a respeito da necessidade de conservação daquele ecossistema diante do fluxo turístico que aumenta a cada ano, o turismo também se utiliza desse argumento para atrair mais visitantes, o que pode ser facilmente percebido em qualquer material informativo sobre a cidade.

O ponto central é que essa tensão se reflete no choque cultural entre nativos e não-

-nativos, gerando certos perfis nos quais as pessoas se reconhecem e aos quais elas se referem. A adjetivação cultural, os diferentes sotaques e mesmo certa hierarquia social são alguns indicadores dessas diferenças. A fala é uma das primeiras formas de identificar se o morador é nativo ou não, pelo sotaque típico dos moradores de Santa Catarina, dos estados vizinhos ou ainda pelo acento estrangeiro do inglês e espanhol. Outro exemplo são os adjetivos atribuídos pelos nativos a quem vem de outros lugares. Os gaúchos, moradores do estado vizinho Rio Grande do Sul, são “o pessoal do Sul”, mas há também os “gringos” (turistas estrangeiros que falam inglês) ou simplesmente “os que vêm de fora”.

Essa diferenciação, no entanto, vai além da adjetivação cultural. Pode-se perceber uma espécie de hierarquia sutil quanto à posição social ocupada por nativos e turistas residentes, estabelecida a partir da dinâmica gerada pela exploração turística. PRADO (2003, p. 217) identificou processo semelhante em seu estudo na Ilha Grande/RJ:

Como se vê, entre ser “nativo” ou “não-nativo”, existem muitas maneiras de as pessoas se colocarem. E podem também ser constatadas algumas superposições de categorias de um lado e do outro, envolvendo inclusive uma questão de classe: “nativos”/“pobres”/ empregados/tradição local, de um lado; “não-nativos”/“ricos”/patrões/ambientalistas, de outro lado. É importante observar que isso é uma configuração dominante no

plano das representações e que tem uma eficácia simbólica forte.

É claro que essas categorias não são fechadas e há nativos empresários sobrevivendo muito bem com o turismo, assim como há não-nativos na posição contrária. No entanto, como indica a autora, “ao serem emitidos os discursos de antagonismo, é aquela equação de categorias que será acionada” (2003, p. 217). Essa situação não está tão incorporada nas narrativas dos moradores de Garopaba como Prado observa estar em Ilha Grande, mas também não é uma interpretação distante da realidade. De maneira geral, as pessoas que migraram à cidade ou vieram por convicções pessoais e ideológicas (viver mais tranquilamente, a partir de valores ecológicos) ou o fizeram para explorar o turismo (o que na maioria das vezes também significa usar argumentos ecológicos, nem que seja para conceber a natureza como um produto). Seja qual for o perfil, o fato é que o argumento ecológico em Garopaba foi introduzido a partir desse processo migratório que vem ocorrendo e é nesse ponto que se dá o choque cultural.

Em relação à temática que interessa a esse trabalho, porém, é na ideia de consciência ambiental que a diferença entre nativos e não nativos melhor se manifesta, especialmente no que diz respeito ao trabalho pedagógico em educação ambiental desenvolvido pelas escolas. Para algumas professoras, por exemplo, era

mais fácil trabalhar a EA com os filhos de “turistas” que vinham de cidades grandes, já informados e educados ambientalmente, enquanto que com os nativos parecia haver maior dificuldade e a intenção de inserir um padrão pronto de comportamento ecologicamente correto. Na narrativa de algumas educadoras essa diferenciação era feita a partir do mesmo parâmetro que definia quais práticas são ecologicamente corretas, apelando para a necessidade de conscientização.

Quando perguntada sobre como percebia a consciência ambiental na comunidade, por exemplo, uma professora Cristina² identificou que o discurso ecológico trazido por quem vem de fora, principalmente o de ordem conservacionista, é contraditório com os desejos e atitudes individuais dessas mesmas pessoas. Seu depoimento exemplifica o conflito entre o clamor pela conservação da paisagem natural do município, manifestada na crítica aos hábitos “não ecológicos” da população nativa, e o tipo de ocupação territorial que vem sendo feita. Ao mesmo tempo, ocorre uma dinâmica econômica peculiar entre os nativos em relação à venda dos terrenos para o turista:

2 Embora as participantes da pesquisa tenham autorizado o uso de seus nomes verdadeiros optou-se por não identificar os mesmos. Uma vez que este trabalho apresenta um recorte analítico do texto final de uma dissertação de mestrado, apenas algumas transcrições de entrevistas foram utilizadas aqui, não citando diretamente as contribuições de todas as educadoras.

É, assim. [risos] Eu sou suspeita porque eu também sou contra o outro lado. [...] A comunidade de Garopaba em si, ela se instalou... vamos dizer, em baixadas, em terrenos, né, que dava pra construir [...]. Claro que eles foram vendendo e esse pessoal foi entrando. Então assim a gente vê muito, como é que eu poderia dizer assim, muita crítica do pessoal que mora aqui, que “ah, porque vai lá e desmata” [...] e não sei o que.. Mas o pessoal que vem de fora a primeira coisa que faz é comprar um terreno no morro. Tá, então, até aonde..? Ah, claro, faz a casa, tu nem vê a casa, “ah, preservei o mato”, mas a casa tá lá, teve que levar coisa pra lá, teve que fazer todo o projeto lá e tá morando no morro. Sabe? Então até onde vai essa preservação? Até onde o meu bem-estar tá ali, acima de tudo? Então não concordo muito com isso. (Cristina)

Ao refutar certo argumento ecológico, Cristina faz uma crítica ao entendimento clássico em torno da ecologia como necessidade de conservação. Essa concepção estabelece uma diferença entre quem já está conscientizado e quem ainda precisa ser. O relato da professora Manoela a respeito da consciência ambiental da comunidade nativa demonstra essa questão:

É tão difícil né, de ver assim. Porque há uma diferença muito grande, assim. Tem aqueles que se envolvem muito nessas questões e às vezes são taxados como né... assim.. E tem aqueles que continuam vivendo na verdade como era, que hoje as coisas mudaram e não se dão conta de que nós também precisamos mudar. Eles continuam vivendo da mesma forma, queimando seu lixo atrás de casa, jogando, porque não se deu conta

que hoje..quer dizer, tem muito mais gente, que tu tem que tá olhando pra isso. Então, é complicado. (Manoela)

O impasse em torno do turismo e da questão ecológica se apresenta de inúmeras maneiras. No contexto escolar, que é a área de enfoque desta discussão, o assunto não é tratado diretamente. Porém, o choque cultural promovido por esse conflito apresenta certas nuances na narrativa das professoras e está, de certa forma, relacionado a certos entendimentos e premissas a respeito de comportamentos ecologicamente orientados.

“A consciência muito grande” da educação ambiental

Os projetos ambientais começaram a ser incorporados pelas escolas de Garopaba ao final da década de 1990, paralelamente a outras iniciativas educativas que se disseminaram pelo município, tal campanhas de conscientização, limpeza de praias e projetos de desenvolvimento sustentável. No contexto escolar os projetos se desenvolvem através do Programa Mostra Lutz, criado no ano de 2002 a partir da parceria entre entidades do setor público, privado e organizações civis. Ao longo do ano letivo as escolas recebem o apoio de consultores ligados à Mostra para elaborar e executar as ações de educação ambiental.

A ideia que dá título a esta seção foi utilizada pela professora Cristina ao relatar a diferença entre nativos e turistas residentes em relação à consciência ambiental. A “consciência muito grande” foi o modo como ela se referiu à carga de informações ecológicas que as pessoas vindas de grandes centros urbanos trazem consigo ao se estabelecerem em Garopaba, ao mesmo tempo em que a comparava com a “consciência” dos moradores locais:

Mas preservou, tanto que se eles [os turistas] chegam aqui e tá tudo assim é porque tá preservado. Porque se tu vai vê assim, na beira da praia. Quem tem casa na beira da praia? [...] os pescadores não foram construir a casa na beira da praia, eles têm um rancho que é necessário pro bem deles, é o meio de sustento deles. Agora casa não. Tu chegou a ver fotos de Garopaba antigamente, que ali na beira do centro era dunas? Não foi o pescador que foi ali arrancar aquela duna, sabe? Então é bem isso que tu falou, eu vejo isso assim. Essa consciência muito grande talvez eles [os pescadores] não tenham, mas aqui dentro, né? Quando a gente convive, esse pessoal que viaja, daí tem que separar o lixo, tem que não sei o quê.. Aí vamo monitorar a praia, vamo não sei o quê [...].

O conflito descrito neste relato evidencia como boa parte do público oriundo do turismo, pelas próprias especificidades que o caracteriza, chega a Garopaba trazendo um discurso ecológico de viés conservacionista que, na prática, é contradito. Ao definir o que entende por aquela “consciência muito

grande”, Cristina se remete a hábitos cotidianos que percebe nesse “pessoal que viaja”, como separar o lixo e cuidar da limpeza de praias, mas que não dizem respeito ao cuidado com o lugar em si, no sentido de haver uma relação de identidade, como é o caso dos pescadores.

A afirmação “essa consciência muito grande talvez eles não tenham” opõe dois entendimentos a respeito do conhecimento ambiental: o do turista e o do morador local, aquele construído a partir da informação (ecológica), que possivelmente também está associado a um ideário (ecológico), e aquele que pertence à vivência propriamente dita. Enquanto que o conhecimento do turista se refere a ações cotidianas, como não jogar o lixo na praia e outros comportamentos ambientalmente amigáveis, há práticas cotidianas do morador nativo que são passíveis do mesmo julgamento moral que qualifica positivamente as ações do turista, porém sendo condenáveis. Cortar o roçado para plantar, exemplo que uma educadora utilizou ao se referir às “coisas erradas” que o morador local ainda faz, é uma prática herdada da imigração açoriana e que faz parte da constituição histórica e cultural da região, mas que se torna parcialmente deslegitimada diante das prerrogativas ecológicas. O hábito de queimar o lixo é outro exemplo citado e lamentado pelas educadoras e que poderia ser analisado por diferentes ângulos. A implementação da coleta seletiva no município enfrenta inúmeros im-

passes políticos e é um processo iniciado recentemente, nos anos 2000, não tendo conseguido se estabelecer totalmente. E mesmo se funcionasse em termos práticos, 13 anos é um tempo relativamente curto para se imaginar a internalização de um hábito como a separação de lixo. Além disso, pensando que na ausência da coleta seletiva esses resíduos são destinados a aterros sanitários e considerando o modo como estes se configuram hoje no Brasil, o aterro por acaso seria um destino mais ambientalmente amigável do que a queima, nesse contexto?

Para além de definir parâmetros que pudessem identificar práticas ecologicamente corretas ou erradas, gostaria de focar a discussão na maneira como as dinâmicas em torno do turismo permitiram uma espécie de regulação de práticas ambientais. Em outras palavras, interessa pensar em como o turismo trouxe à tona uma determinada consciência ambiental, de caráter preservacionista, que modula certas práticas cotidianas do morador nativo e afirma, condenando, o entendimento de que cortar roçado ou queimar lixo é errado³. É claro que

3 Sobre práticas culturais que são moduladas dentro de um entendimento do politicamente correto em função da demanda do turismo, ver o artigo “Farra do Boi e Bois em Farra: Indústria cultural, turismo e ecologia”, de Coelho e Gorski (2007). Os autores abordam a relação entre o boi-de-mamão e a farra do boi, práticas culturais típicas do estado de Santa Catarina, Brasil. A farra do boi, ou brincadeira com o boi, foi sendo paulatinamente normatizada e criminalizada pelas autoridades da capital Florianópolis

essas práticas podem levar a um impacto negativo em termos ecológicos e há outras soluções possíveis para esses impasses. No entanto, a questão é a linearidade dos julgamentos feitos a partir da padronização do que é errado e do que é certo, que enrijece o pensamento e dificulta a percepção crítica e analítica das situações, reforçando padrões interpretativos imediatistas.

No caso de Garopaba, essa dinâmica gerou a polaridade entre a consciência do turista e a do nativo. Há uma lógica no entendimento das professoras que atribui mais valor ao conhecimento ambiental de quem vem de fora do que ao do nativo, tanto que a consciência externa foi indicada por Cristina como a maior, a muito grande. Na narrativa das educadoras, a diferenciação entre alunos turistas e nativos é feita a partir do mesmo parâmetro que define quais práticas são ecologicamente corretas e apela para a necessidade de conscientização.

Esse movimento, longe de ser um impeditivo pedagógico inventado pelas edu-

por ser considerada uma festa popular violenta e associada à barbárie (o boi é perseguido e sua carne é dividida durante a festa). A questão é que a constituição da farra como prática cultural tem origens no folclore açoriano, cuja noção de "violência" é questionada pelos autores. A festa, mesmo proibida, continua existindo e foi transformada numa atração turística, divulgada como um costume exótico. Por outro lado, o boi-de-mamão (uma encenação) começou a ser estimulado a fim de restituir a imagem de Florianópolis como uma cidade civilizada e moderna, ofuscando a farra do boi.

cadoras, faz coro aos objetivos da própria educação ambiental que vêm se constituindo nas últimas décadas, no qual conscientizar foi transformado num verbo-chave para a ação educativa. A ideia de "colocar a consciência para dentro da cabeça das pessoas"⁴ tornou-se uma crença bastante comum na pedagogia ambiental. Frente a necessidade de formar sujeitos para um outro mundo, agora ecológico, a mudança de comportamento passa fundamentalmente por uma transformação na consciência, por questionar os padrões culturais e modelos de racionalidade que pautam nossas ações. No entanto, o que vem sendo observado é que esse processo permanece em certa medida preso ao fornecimento de cadeias de informações, como se isso bastasse para promover a superação dos caminhos reflexivos aos quais estamos acostumados. Como já apontou GRÜN (1996), essa crença é própria do campo educacional e que, no caso da educação ambiental, vem atrelada a informações de boa conduta ecológica.

GUIMARÃES (2001) destaca que a centralidade que o ato de conscientizar adquiriu na prática pedagógica remonta aos movimentos ecológicos emergentes na década de 1970 no Brasil, ancorado na concepção de educação como prática de transmissão de saberes e na necessidade

4 Frase escutada durante uma formação de professores no município de Porto Alegre, Brasil, em agosto de 2013.

de chamar a atenção da sociedade para os problemas ambientais. A solução para esses problemas, que constituíram a chamada crise ecológica, viria dessa tomada de consciência em massa, por isso o empenho em estratégias educativas. Nesse contexto, os movimentos ecológicos desencadearam processos de singularização, no sentido de que *“ser ecologista nos anos setenta era estar em movimento, era estar inserido em uma luta de contestação social onde a dimensão ambiental ganhava enorme importância em decorrência dos discursos catastróficos em circulação nas sociedades a partir dos anos sessenta”* (2001, p. 6).

No entanto, em certos processos educativos, esses movimentos *“também instauravam processos de individualização através de seus ideais educativos, pelos quais todos aqueles que não estivessem inseridos nos movimentos deveriam sofrer um processo de conscientização”* (GUIMARÃES, 2001, p. 6). Já com os movimentos emergentes na década de 1990, quando as práticas de educação ambiental se popularizaram e vão sendo cada vez mais institucionalizadas, essa intencionalidade conscientizadora se fortaleceu e tornou-se elemento-chave nos discursos pedagógicos.

Nesse sentido, o apelo à consciência identificado pelo autor remete diretamente ao uso da razão e à cognição, no sentido de que a prática educativa inscreve a inten-

ção do sujeito numa ordem estritamente racional. O autor, citando as reflexões de TRISTÃO (2000), afirma que esse entendimento gera *“um vazio de significações em torno dessa noção de consciência”*, uma vez que *“privilegiar somente a cognição - a mente -, exclui outras mediações importantes em trabalhos com educação ambiental como o corpo individual e as questões econômicas, sociais e culturais mais amplas.”* (TRISTÃO, 2000 apud GUIMARÃES, 2001, p. 8-9).

Guilherme CORRÊA (2012) chama de conteúdos de informação essa educação ambiental feita através da conscientização, que normalmente estão ancorados na clássica ideia de preservar o meio ambiente. Ao acionarmos aquilo que comumente é chamado de consciência ambiental, quando esvaziada de sentido, automaticamente somos tomados por um sentido de julgamento moral diante de um ato convencionalmente considerado como ecologicamente incorreto, constituindo *“microtribunais com grande eficiência na distribuição de culpas e sentenças”* (2012, p. 237). Essa perspectiva cria uma situação delicada em termos educativos:

A tal consciência, nesse caso ambiental ou ecológica, aparece como o conteúdo de um reservatório que cumpriria ao educador fazer passar aos que têm menos consciência, ou nenhuma, por um princípio de vasos comunicantes, ou por gravidade, ou, ainda, por bombeamento. As estratégias educacionais fariam o papel de força, ou motor,

responsável pelo movimento de conscientização e por fazer fluir a consciência da-quele que a possui em maior quantidade para aquele, pessoa ou grupo, em que essa falta ou é deficiente. Nesse ponto importante perguntar-se sobre a matéria de que é constituído esse líquido da consciência” (CORRÊA, 2012, p. 237)

GUIMARÃES (2001) também salienta que o processo de conscientização se daria a partir de um saber ecológico, ou saberes a serem transmitidos. Em relação à formação ambiental, quem pode validar um saber? Ou, como pergunta o autor, podemos afirmar que nosso saber é mais apropriado que o do outro a quem conscientizamos?

Retornando à “consciência muito grande” em Garopaba, possivelmente a afirmação de que o turista tem uma consciência maior do que o nativo tenha sido um entendimento calcado na ideia de que há um saber ecológico maior e mais válido do que outros, o saber que circula na educação ambiental e que deve ser internalizado pelas pessoas. A consciência do turista, assim, seria mais legítima por obedecer às prerrogativas do que se convencionou chamar de consciência ecológica e que, por sua vez, está inserido num campo de saberes e práticas específicas. Nesse sentido é interessante refletir sobre como a temática da ecologia é muitas vezes entendida como essencialmente boa e necessária por si mesma, desconsiderando as percepções e dinâmicas próprias dos sujeitos que vivem em contex-

tos nos quais se desenvolvem os projetos educativos.

Em relação ao trabalho pedagógico, esse fenômeno se manifesta na ideia de que há um saber ecológico a ser ensinado – saber que corresponde à aquisição de hábitos pró-ambientais. A questão central é que, no caso de Garopaba esse saber, ou essa consciência ecológica, era um elemento de diferenciação nas atitudes e conhecimento dos alunos. Os depoimentos elucidam essa questão naquele contexto pedagógico :

Então hoje eu tenho argentinos, a gente teve norte-americanos, então a gente tem uma gama de pessoas muito de fora também. Mas o pessoal de fora já tem essa consciência um pouco melhor, eles já vêm com isso mais aflorado, já vem trabalhado. Então já entra mais... quem mora aqui perto, que não tem isso, é um pouco mais de dificuldade de entrar, mas também entra com uma facilidade porque já são pais mais novos, é mais difícil com pessoas mais antigas, que acham que o lixo ainda tem que ser queimado, ou ser enterrado num buraco. (A.)

Assim, a gente vê assim que os daqui até, assim, tem a sua hortinha em casa, né? Os que eu conheço daqui, né. Não sei os outros, assim, os de fora. Mas eu vejo que na questão ambiental, de cuidado com o meio ambiente, de cuidado mesmo os daqui deixam um pouco a desejar. Já mudou muito, já foi pior. [...] Quando eu comecei nessa escola eles ainda jogavam muito lixo onde não era pra jogar. Depois que a gente colo-

cou aquelas lixeira lá e pegar no pé mesmo, “fulano, vem aqui, eu vi tu jogando, pega, coloca no lixo certo”, né. Já mudou, assim, mas é uma coisa que tu vê que levou um certo tempo, não foi uma coisa imediata, né? (E.)

Nos depoimentos dessas e de outras educadoras há alguns elementos em comum que se destacam: a experiência cultural do aluno, o tipo de consciência que ele traz e a que se almeja alcançar através do trabalho pedagógico e os critérios que definem o que elas entendem por consciência ambiental. Esta reflexão não diz respeito diretamente a essas professoras, mas é uma tentativa de compreender o caminho que o pensamento pedagógico da educação ambiental percorre quando se propõe a promover a conscientização ecológica. A mensagem do conteúdo a ser ensinado pelas professoras – se relacionar corretamente com a natureza – e a maneira como ele se apresenta através da EA – manifestada na ideia de “fazer a consciência entrar” – está ligado a aspectos normativos do ideário ecológico. A questão é refletir sobre como esse saber ecológico é definido, porque implica em uma escolha que deixa de lado outros saberes. A perspectiva conservacionista a partir da qual se sustenta a ideia de que é preciso mudar hábitos cotidianos é um dos elementos por trás da diferenciação na consciência de alunos nativos e não-nativos, além de se refletir nas escolhas pedagógicas das professoras.

A consciência ecológica como regra

Como tentei evidenciar até aqui, a conscientização vem se constituindo como um elemento central na educação ambiental, embasada no entendimento de que há um modo correto de se relacionar com a natureza. De fato essa necessidade está por trás da própria emergência da ecologia e foi a motivação que fez com que a educação passasse a ser adjetivada como ambiental. O problema é quando essa intenção pedagógica que emerge a partir de um determinado projeto societário se reveste de um aspecto normativo que apresenta as coisas como se já estivessem decididas, se não na forma de soluções prontas, como um saber a ser transmitido. Nesse sentido é possível perceber, em algumas propostas educativas, a presença de um processo de ecologização, no sentido de ser um esforço inculcador no discurso da EA. Isso não significa afirmar que é um projeto de todos os educadores, mas sim refletir a respeito do uso de argumentos normativos na proposta pedagógica.

O apelo ao ‘cuidado com o meio ambiente’ tornou-se uma ideia recorrente na produção discursiva sobre educação ambiental, assim como a necessidade de uma consciência ecológica que desse conta dos desafios do último século. Ambas são fruto da noção de grande responsabilidade e urgência que caracterizaram a emergência

da ecologia, a partir da década de 1970. Esse fenômeno responde a um contexto histórico específico no qual o impacto humano no planeta atingiu proporções jamais testemunhadas até então e pôs em questão o futuro da humanidade. O esgotamento dos recursos naturais e o contexto mundial após a Segunda Guerra, com o lançamento da bomba atômica, desenharam um quadro apocalíptico marcado pelo receio planetário em torno da sobrevivência na Terra. Tanto pelo medo da morte súbita de uma guerra nuclear ou pela agonia lenta da finitude de recursos naturais (CORRÊA e PREVE, 2007), instaurou-se uma preocupação global em relação aos efeitos da ação humana no planeta, surgindo o interesse em difundir amplamente a consciência ecológica como meio de reverter esse quadro tão calamitoso.

É nesse contexto social que o tema da ecologia assume uma posição inédita, em um momento no qual a sensação era de que estávamos enfrentando uma potencial crise ambiental sobre a qual deveríamos fazer algo (HOWARTH, 1995). Ainda que os dilemas em torno da relação entre natureza e cultura tenham estado presentes ao longo da história humana, suscitando inúmeras reflexões filosóficas, a chamada crise planetária desencadeou pela primeira vez um sentimento de responsabilidade para a atividade antrópica no ambiente. Se o problema era a ação humana que se revelou potencialmente destrutiva, consequentemente a necessidade era atuar so-

bre a conduta dos indivíduos, no sentido de disseminar um comportamento inscrito em um novo paradigma.

Os processos de normalização e normatização sugeridas por Michel FOUCAULT (1999) auxiliam a compreender como se dá a naturalização de certa mentalidade – a ecológica, nesse caso. Ao traçar uma genealogia das formas de exercício do poder nas sociedades modernas e ocidentais, FOUCAULT identifica uma série de estratégias e mecanismos de governo exercidos através da norma e pelo processo de normalização, regulando a vida de indivíduos e populações. Como definido em *“Em defesa da sociedade”* (1975), a norma é um elemento que *“pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”* (1999, p. 302). Ela *“refere os atos e as condutas dos indivíduos a um domínio que é, ao mesmo tempo, um campo de comparação, de diferenciação e de regra a seguir”* e *“a partir da valorização das condutas, impõe uma conformidade que se deve alcançar”* (CASTRO, 2009, p. 309).

Normalização e normatização são dois lados da mesma moeda, em termos de organização social. A normatização é o ato de estabelecer normas, de regular práticas sociais com base em preceitos gerais; a normalização é o resultado que se espera alcançar através do *“jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e de*

regulamentação, de outra” (FOUCAULT, 1999, p. 302). Normalização e normatização podem ser consideradas estratégias basilares na naturalização de certas práticas e saberes, inscritas em uma matriz ética determinada. A crise ecológica desencadeou, como já abordado, a tomada de consciência diante dos efeitos da ação humana e a conseqüente necessidade de produzir outra mentalidade, outra visão de mundo, para dar conta dos impasses que se estabeleceram. Práticas que até então eram restritas a pequenos grupos, precisaram ser disseminadas e naturalizadas através de uma série de estratégias, para que adquirissem valor de verdade e fossem incorporadas no cotidiano das populações.

A ideia de dispositivo da sustentabilidade, cunhada por GUIMARÃES e SAMPAIO (2012) a partir da noção de dispositivo em Foucault, oferece um exemplo dessas estratégias, estando implicado *“nos modos contemporâneos de compreender o mundo e a nós mesmos”* (2012, p. 401). O dispositivo se manifesta a partir de inúmeros artefatos culturais que conformam determinadas subjetividades, produzindo sujeitos “preocupados com a sobrevivência do planeta e, portanto, engajados na fabricação deste ‘mundo mais verde’ por meio de ações cotidianas – especialmente quando consideramos aquelas ligadas ao consumo” (2012, p. 403). Conforme os autores:

Este sujeito é atravessado por uma profusão de imagens que conformam a necessidade de um mundo mais “verde”, mais sustentável – tanto aquelas imagens catastróficas (de florestas em chamas, de geleiras definhando) quanto aquelas “positivas” de experiências sustentáveis tidas como bem-sucedidas. Tal sujeito é, também, interpelado pelos mais diferentes discursos sobre sustentabilidade: os discursos legais, institucionais, governamentais, midiáticos, escolares, dos movimentos sociais. Nos entrelaçamentos entre o visível e o enunciável, produzem-se os agenciamentos das subjetividades pelo dispositivo da sustentabilidade. (2012, p. 402)

A contribuição do pensamento de FOUCAULT se dá na compreensão desses processos, de como ocorre a dinâmica para fazer com que certas ideias tornem-se naturais. Seus conteúdos, no entanto, exigem ainda outro movimento de reflexão. Naturalizar a questão ecológica em nosso cotidiano implica necessariamente no uso de estratégias sistemáticas que deem conta dessa tarefa. A questão é discutir o que se quer tornar naturalizado.

É interessante refletir, assim, como há um entendimento comum em torno da consciência ambiental no qual predomina a ideia de uma “ecologia verde”, uma interpretação que vem sendo bastante difundida em certos discursos em torno da educação ambiental. Assim, o conteúdo de muitas propostas educativas reflete a concepção de uma ecologia de caráter conservacionista e que está inscrita em uma matriz éti-

ca que trata da naturalização do conceito de meio ambiente como sendo a própria natureza e, assim, estando do lado oposto à cultura (GUIMARÃES, 2007, p. 184).

A dimensão e a maneira como a diferenciação cultural entre nativos e não-nativos em Garopaba se manifesta é exemplar nesse sentido. Os aspectos relacionados a essa polaridade – o “ser nativo” como um meio de identidade social, as classificações e hierarquizações – trazem um ponto bastante relevante para a discussão: a diferença no sistema de valores ecológicos entre esses grupos e os jogos discursivos que os diferenciam. Enquanto o turista é uma espécie de portador da boa nova ecológica, o nativo é aquele com práticas “atrasadas” a serem superadas ou, no mínimo, com uma consciência menor quando comparada com quem vem de fora.

No entanto, longe de se constituir como uma diferença radical entre os grupos, essa polaridade está em constante negociação. Não é possível, nem desejável, afirmar que há um entendimento generalizado do turista como o “ecológico” e o nativo como o “atrasado”. As professoras e muitos nativos, enquanto moradoras locais, não identificam nem a si nem ao turista dessa maneira, muito embora na prática pedagógica esse aspecto seja mais bem percebido. Essa ideia, no entanto, surge em função da transformação cultural que a chegada do turismo promoveu, de precisar incorporar hábitos e conservar

o ambiente – e é nesse ponto que chamo a atenção para a “ecologização” de quem mora em Garopaba e do esforço de inculcar determinados comportamentos através da educação ambiental.

Referências bibliográficas

- ADRIANO, Juliana, (2011). Rumo ao ecodesenvolvimento na zona costeira catarinense. Estudo de caso sobre a experiência do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera, no período de 2001 a 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (Brasil).
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; FARIAS, Carmem; PEREIRA, Marcos Villela, (2011), A missão “ecocivilizatória” e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade, *Ambiente e Sociedade*, vol. 14, n. 2, pp.35-49.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura e STEIL, Carlos Alberto, (2008) A sacralização da natureza e a ‘naturalização’ do sagrado; Aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. 11, n. 2, p. 289-305.
- CASTRO, Edgardo (2009). Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica.
- COELHO, Maria Cecília de Miranda e GORSKI, Frederico Teixeira (2012). Farra do boi e bois em farra: indústria cultural, turismo e ecologia, em PREVE, Ana Maria e CORRÊA, Guilherme (Org.). *Ambientes da ecologia: perspectivas em política e educação*, pp. 239-257, Santa Maria: Ed. da UFSM
- CORRÊA, Guilherme Carlos (2012). Ecologia e educação na sociedade de controle, em PREVE, Ana Maria [et al], *Ecologias inventivas: conversas sobre educação*, p.228-241, Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- CORRÊA, Guilherme e PREVE, Ana Maria. *Ecologia de rebanho*. In: _____. *Ambientes da ecologia: perspectivas em política e educação*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007. p. 205-220

- DAMAZIO, Rosiane (2011). Turismo, urbanização e preservação ambiental: conflitos produzidos a partir do processo de implantação de uma reserva extrativista (RESEX) entre os municípios de Garopaba e Imbituba (SC). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis (Brasil).
- FOUCAULT, Michael (1999). Em defesa da sociedade. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- GUIMARÃES, Leandro Belinaso (2001). O apelo à consciência nos movimentos ecológicos e nos movimentos por educação ambiental. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24. Anais... Caxambu.
- GUIMARÃES, Leandro Belinaso (2007). Fulgurações: pelos rastros da educação ambiental, em PREVE, Ana Maria e CORRÊA, Guilherme (Org.). Ambientes da ecologia: perspectivas em política e educação, pp. 177-186. Santa Maria: Ed. da UFSM.
- GUIMARÃES, Leandro Belinaso e SAMPAIO, Shaula Máira Vicentini de (2012). O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 30, n.2, p. 395-402.
- HOWARTH, Jane M. (n/a) Ecology: modern hero or post-modern villain? From scientific trees to phenomenological wood. *Biodiversity and Conservation*, n.4, p. 786-797.
- PRADO, Rosane Manhães (2003). As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 205-224.
- ROSAR, Daniel Bampi (2007). Gestão participativa e política substantiva: duas formas de ação política coexistentes em Ibiraquera (Imbituba/Garopaba - SC). Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (Brasil).
- TRAJBER, Rachel e MANZOCHI, Lucia Helena (1996). *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: materiais impressos*. São Paulo: Gaia.